

RECURSO ESPECIAL Nº 1.768.295 - RJ (2018/0245161-2)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
RECORRENTE : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
ADVOGADOS : LEONARDO BRUNO BRIZZANTE CUPELLO - RJ100439
FABIO DA COSTA FERREIRA JUNIOR - RJ120063
CRISTINA LACERDA GOMES - RJ137526
LUIS FELIPE SILVA SOMBRA - RJ156825
DANIELE CASTANHO CARVALHO - RJ173377
LEE ALEXANDER RANGEL DE SOUSA - RJ210548
RECORRIDO : MAICON BERTANHA GONCALVES
ADVOGADO : LIVIA ROCHA VILLA NOVA - RJ168425

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE, com fulcro na alínea *a* do permissivo constitucional, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que determinou a redução proporcional da tarifa de esgotamento sanitário pelo fato de o serviço não ter sido prestado integralmente.

Preliminarmente, sustenta a parte recorrente sua ilegitimidade passiva. No mérito, alega a afronta ao art. 45 da Lei n. 11.445/2007 e ao art. 9º do Decreto n. 7.217/2010, sob o fundamento de que é legal a cobrança da tarifa de esgoto quando houver a prestação parcial do serviço.

Em juízo de retratação, proferido em observância à sistemática dos recursos repetitivos, o Tribunal de origem manteve o entendimento anteriormente adotado, seguindo-se juízo positivo de admissibilidade do recurso especial.

É o relatório. Decido.

A empresa ré busca demonstrar sua ilegitimidade com fundamento em disposições constantes no Termo de Reconhecimento Recíproco de Direitos e Obrigações firmado com o Município do Rio de Janeiro. No entanto, rever o entendimento firmado pelo Tribunal de origem encontra óbice na vedação de reexame de fatos e provas e de interpretação de cláusulas contratuais, procedimentos inviáveis em sede de recurso especial, conforme disciplinado nas Súmulas 7/STJ e 5/STJ, respectivamente.

Quanto ao mérito, a Primeira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Tema n. 398, ao qual está vinculado o Recurso Especial Repetitivo n. 1.339.313/RJ, consolidou entendimento de que, "a legislação que rege a matéria dá suporte para a cobrança da tarifa de esgoto mesmo ausente o tratamento final dos dejetos,

principalmente porque não estabelece que o serviço público de esgotamento sanitário somente existirá quando todas as etapas forem efetivadas, tampouco proíbe a cobrança da tarifa pela prestação de uma só ou de algumas dessas atividades", nos termos do acórdão assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DOS DEJETOS. INEXISTÊNCIA DE REDE DE TRATAMENTO. TARIFA. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA.

1. Não há violação do artigo 535 do CPC quando a Corte de origem emprega fundamentação adequada e suficiente para dirimir a controvérsia.

2. À luz do disposto no art. 3º da Lei 11.445/2007 e no art. 9º do Decreto regulamentador 7.217/2010, justifica-se a cobrança da tarifa de esgoto quando a concessionária realiza a coleta, transporte e escoamento dos dejetos, ainda que não promova o respectivo tratamento sanitário antes do deságue.

3. Tal cobrança não é afastada pelo fato de serem utilizadas as galerias de águas pluviais para a prestação do serviço, uma vez que a concessionária não só realiza a manutenção e desobstrução das ligações de esgoto que são conectadas no sistema público de esgotamento, como também trata o lodo nele gerado.

4. O tratamento final de efluentes é uma etapa posterior e complementar, de natureza sócio-ambiental, travada entre a concessionária e o Poder Público.

5. A legislação que rege a matéria dá suporte para a cobrança da tarifa de esgoto mesmo ausente o tratamento final dos dejetos, principalmente porque não estabelece que o serviço público de esgotamento sanitário somente existirá quando todas as etapas forem efetivadas, tampouco proíbe a cobrança da tarifa pela prestação de uma só ou de algumas dessas atividades. Precedentes: REsp 1.330.195/RJ, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 04.02.2013; REsp 1.313.680/RJ, Rel. Min. Francisco Falcão, Primeira Turma, DJe 29.06.2012; e REsp 431121/SP, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJ 07/10/2002.

6. Diante do reconhecimento da legalidade da cobrança, não há o que se falar em devolução de valores pagos indevidamente, restando, portanto, prejudicada a questão atinente ao prazo prescricional aplicável as ações de repetição de indébito de tarifas de água e esgoto.

7. Recurso especial provido, para reconhecer a legalidade da cobrança da tarifa de esgotamento sanitário. Processo submetido ao regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ." (relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Seção, DJe de 21/10/2013.)

É importante ressaltar, ainda, que o voto condutor de referido acórdão paradigma decidiu ser possível a cobrança integral da tarifa de esgotamento sanitário, mesmo na hipótese de prestação parcial do serviço, trazendo precedentes desta Corte a fim de demonstrar o desacerto de sua redução proporcional.

Na espécie, restou reconhecido no acórdão combatido que algumas das etapas da coleta e do tratamento de esgoto foram efetivamente prestadas pela concessionária, mas foi determinada a cobrança proporcional da tarifa.

Nessa linha, o acórdão recorrido está em confronto com o entendimento firmado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, **conheço parcialmente do recurso especial para, nessa extensão, dar-lhe provimento a fim de restabelecer a sentença de primeiro grau.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

